

**ATA DA 19ª (DÉCIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSARÉ, NO 3º ANO DA 19ª LEGISLATURA - 2021/2024.**

Aos 12 (doze) dias do mês de Junho, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às 18h00, em sua sede, à Rua Dr. Paiva, nº 86, nesta cidade de Assaré/CE, estiveram reunidos, em caráter ordinário, os seguintes vereadores: Francisco Celso Freire (Presidente); José Dias Gonçalves (vice-presidente); Verônica Rosal Araújo (1ª Secretária); Roberto Alanderson de Sousa Freires (2ª secretário); Maria É Braga Mota, João Laéssio Libório de Alencar, Francisco Anísio de Oliveira, Felipe Silva Lira e Cícero Ferreira da Silva (09), registrando-se as ausências justificadas dos vereadores José Alves Filgueira e Gilson Alcântara Brasil. Os trabalhos tiveram início com a acolhida pelo Presidente, a citação de versículo bíblico e a leitura da ata anterior, que posta em votação, foi aprovada por unanimidade. Após saudar a todos os presentes, bem como aqueles que acompanham as sessões virtualmente, o Sr. Presidente apresentou os seguintes Projetos de Leis oriundas do Executivo, os quais dispõem sobre denominação de equipamentos públicos: Projeto de Lei nº 011/2023, em que fica denominado de Francisco Bezerra da Silva o posto de saúde do Sítio Catolé (Serra de Santana); Projeto de Lei nº 012/2023, em que fica denominado de Maria Xavier de Santana a praça localizada em frente ao cemitério do distrito de Amaro; Projeto de Lei nº 013/2023, em que fica denominado de Antonio Ozenar de Brito o cemitério público municipal situado no distrito de Amaro, neste Município de Assaré. Prosseguindo, apresentou Projeto de Lei nº 014/2023, que concede reajuste salarial aos servidores públicos efetivos do quadro do Município de Assaré, e dá outras providências. Projeto de Lei nº 015/2023, que dispõe sobre denominação de equipamento público,



ficando denominado de Vicente Alexandre de Sousa o posto de saúde de Cajazeiras dos Simiões, neste Município de Assaré. Projeto de Lei nº 016/2023, que dispõe sobre denominação de equipamento público, em que fica denominado de Maria Pereira de Oliveira o posto de saúde do Sítio São José, neste Município de Assaré. Projeto de Lei nº 017/2023, em que fica denominada de Alfredo Ferreira de Sousa a praça localizada ao lado da quadra do Amaro; Projeto de Lei nº 018/2023, em que fica denominada de José Humberto Coelho Mota a Unidade Básica de Saúde 11, localizada ao lado da rodoviária municipal de Assaré; Projeto de Lei nº 019/2023, em que fica denominada de Dr. Ernandes Farias a Unidade Básica de Saúde do Centro Municipal de Saúde deste Município de Assaré; Projeto de Lei nº 020/2023, em que fica denominada de Eliane Mandú da Silva Fernandes o posto de saúde da Andreza, neste Município de Assaré; e por fim, Projeto de Lei nº 021/2023, em que fica denominada de Antonio Ferreira de Sousa a Rodovia que liga o Munduri ao distrito do Amaro, neste Município de Assaré. Prosseguindo, o Sr. Presidente apresentou ofício oriundo do Tribunal de Contas do Estado em que dispõe sobre o Programa TCE duc 2023, o qual confirma a realização desse evento no dia 04 de Julho no Município de Assaré-CE. Na pauta, serão discutidos, dentre outros temas, a nova lei de licitações e contratos, fiscalização, despesas e controle. Passando aos **Requerimentos Verbais**, o vereador Felipe Lira, após saudações, requereu reposição de lâmpadas no bairro Condado, informações relacionadas a licitação para o calçamento desse bairro e informações relativas aos festejos juninos na cidade. Lembrou da repercussão positiva do último festival realizado e sua importância para desenvolvimento das tradições culturais do município. O vereador José Dias Gonçalves, após cumprimentos, solicitou envio de Moção de Pesar as famílias de Raimundo Alves Vilar e José Pinheiro Denton. Requereu da Secretaria de Infraestrutura a limpeza e o reparo de ladeiras situadas na



estrada do Genezaré em razão do início dos festejos naquele distrito. Em seguida, o vereador Anísio, após cumprimentar a todos, solicitou envio de Moção de Pesar as famílias de Antônio Alexandre da Silva (no bairro José Dodô) e João Ferreira de Lima, conhecido como João Vaqueiro, no Sítio Cavaco. Agradeceu a municipalidade pelo atendimento aos requerimentos, sobretudo no que se refere a recuperação das estradas vicinais, e, conseqüentemente, a normalidade do transporte escolar. A vereadora Maria É, após saudações, agradeceu a presença de todos, especialmente do Sr. Procurador Dr. Ericson Parente Vasconcelos, presente na sessão para discutir as questões que envolvem o pagamento de Julho dos professores temporários. Juntou-se a Moção de Pesar endereçada aos familiares de Raimundo Alves Vilar, conhecido como Nego, e solicitou a Secretaria de Infraestrutura reparo das ruas de Assaré em razão das festividades do mês de Julho. A vereadora Verinha Rosal, após cumprimentar a todos, ratificou pedido de recuperação da estrada do Bezerra dos Ourives. Solicitou ainda a Secretaria de Assistência Social esclarecimentos acerca do programa Bolsa Família em que há diversas reclamações dos beneficiários relativos a não oferta de extratos bancários impressos pela casa lotérica. Nesse sentido, solicitou informações se essa empresa pagadora teria ou não obrigação de oferecer o serviço, tendo em vista as dificuldades encontradas ao se consultar extratos via aplicativo. Pediu ainda informações sobre quais as condições em que as pessoas devem se dirigir a agência da caixa econômica do Crato, tendo em vista que muitos serviços podem ser resolvidos na própria lotérica de Assaré. O vereador João Laéssio, após saudar a todos, associou-se a Moção de Pesar às famílias de Raimundo Alves Vilar e Sr. João Vaqueiro. Em seguida, solicitou da Secretaria de Infraestrutura reparação num pequeno trecho de 20 metros entre Aratama e Baixo do Focundo, com objetivo de melhorar o acesso do bairro. Prossequindo, o Sr. Presidente, após solicitar uma troca de lâmpada no



poste do sitio São Vicente, informou que a estrada que dá acesso a essa comunidade, passando pelo Sitio Pocinhos, será em breve recuperada. Em seguida, agradeceu a presença do Sr. Procurador e o convidou a fazer uso da tribuna. Ao fazer uso da palavra, após cumprimentos iniciais, o advogado geral do Município, a título de conclusão, informou que o contrato temporário firmado com os professores estabelece que eles receberão na medida do trabalho. Destacou as razões pelas quais o administrador público precisa tomar certas decisões em função do planejamento financeiro e apresentou dados relacionados a valores anuais oriundos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) estimado com base nas matrículas e outros fatores efetuados no ano anterior. Dentre os motivos apresentados para a diminuição dos repasses, estão: o fenômeno de decréscimo de matrículas, taxa de natalidade, pandemia, violência nas escolas, o que influenciam diretamente no censo escolar, e, conseqüentemente, na diminuição dos valores repassados. Além disso, destacou que o recurso anual recebido pelo município no valor de R\$ 24.771.000,00 teve aumento de 2.34%, sendo que a inflação foi de 5.8%. Dentre outras ações, destacou o aumento salarial de 15% aos professores, ações complementares da Secretaria de Educação e os valores pagos na folha de pagamento aos professores, que hoje representa 79,96% dos recursos oriundos do Fundeb, o que excede o valor mínimo imposto. Em resumo, informou sobre ações estruturantes e obrigações patronais como o pagamento do INSS dos servidores municipais. Ainda enumerou diversas ações ligadas ao fortalecimento da infraestrutura educacional, bem como diversas aquisições como automóveis, móveis, eletrodoméstico, utensílios, fardamento e material didático. Em suma, disse que o relatório entregue aos parlamentares significa um pequeno apanhado de como se encontra as contas, os gastos, desafios e perspectivas. Prosseguindo, o Presidente agradeceu ao advogado pelos esclarecimentos e diagnóstico financeiro enviado aos membros da Casa,



abrindo espaço aos colegas parlamentares para sugestões e questionamentos. Nesse sentido, a vereadora Verinha Rosal agradeceu pela clareza na exposição dos dados e expos o anseio de todos com relação ao pagamento dos professores em questão. Por fim, aproveitou o ensejo para tirar dúvidas quanto aos recursos voltados as escolas de tempo integral. A vereadora Maria É, falou sobre a luta histórica dos professores e questionou o Executivo quanto as cláusulas do contrato que prever o não pagamento referente ao mês de Julho. Após fazer uma explanação sobre o dia-a-dia desses profissionais, sugeriu mais planejamento por parte da Municipalidade nas questões que envolvem a busca ativa, recuperação de aulas, e, sobretudo, os valores pagos aos professores, que muitas vezes está abaixo do piso salarial nacional. Nesse sentido, defendeu a realização do concurso público e a efetivação dos contratados. Respeita a justificativa do Procurador mas defendeu que os municípios erram gravemente quando se contrata um profissional quando não se pode pagar. Agradeceu a presença do Executivo na Casa, desejando que essa discussão resulte num entremeio para que seja revista o pagamento de Julho dos professores temporários. O vereador Anísio, após agradecimentos, destacou questões ligadas aos valores de contribuições e aposentadorias de professores. Falou da importância do magistério e as dificuldades enfrentadas nesse ofício. Conjeturou a possibilidade de se buscar novas formas de previdência para a categoria em razão dos baixos valores recebidos nas aposentadorias. O vereador Felipe Lira, após agradecimentos, sugeriu a realização de uma audiência pública para tratar de questões dessa natureza. Falou das últimas conquistas na área da educação e da responsabilidade financeira da administração pública, o que tem tornado possível a efetivação dos aumentos salariais. Defendeu o pagamento do INSS, a responsabilidade financeira e as ações concretas dentro de situações reais. Por fim, destacou a influência positiva dos professores, sua

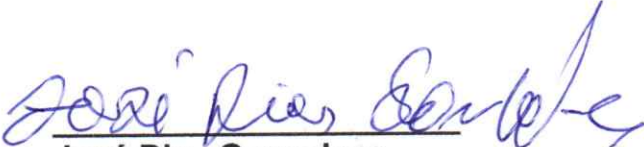


união, sua representatividade e sua organização na busca dos seus direitos. Em seguida, a vereadora Verinha Rosal, enumerou diversas questões ligadas a responsabilidade, repasses e valores, chegando a sugerir caminhos viáveis para a resolução do impasse. Concluindo, o Sr. Procurador fez suas considerações finais esclarecendo algumas questões relativas a direitos sociais e planejamentos questionados pelos vereadores. Em seguida, o responsável pela contabilidade da Prefeitura Municipal foi convidado para fazer um resumo da situação financeira do Município de Assaré relacionada ao Fundeb. Através de dados, foi informado sobre os valores que foram efetivamente pago aos servidores da educação e expostas as previsões norteadas pela lei de responsabilidade fiscal. Passando aos **pronunciamentos**, o vereador José Dias Gonçalves, agradeceu a todos pela presença e participação nas festividades de Genezaré, que segue até o início do mês de Julho. Deu boas-vindas aos filhos daquela terra e convidou a todos a visitarem o distrito, especialmente nesse período festivo. O vereador Felipe Lira agradeceu ao Executivo pelo atendimento para a recuperação de trecho da estrada no Sítio São Félix. Informou a todos sobre sua saída da liderança do governo na Câmara Municipal e, por fim, ressaltou a importância dos festejos juninos na cidade. A vereadora Maria É, usou o pronunciamento para fazer alguns esclarecimentos e agradecer a presença do Executivo à Casa. A vereadora Verinha Rosal falou sobre novas políticas públicas que serão implementadas pelo Governo Federal em razão do crescimento do analfabetismo no país e apontou a inclusão das políticas neoliberais dentro da escola como fator negativo na educação. Prosseguindo, o Sr. Presidente discorreu sobre os assuntos abordados, sobre possíveis soluções relativas ao sinal da TV digital, além de informações relativas a competições esportivas em curso no Município. Passando a **ordem do dia**, expôs à discussão e deliberação os seguintes projetos oriundos do Poder Legislativo: Projeto de Lei nº 001/2023,

de autoria do vereador Cícero Ferreira da Silva, que institui e regulamento o programa de incentivo a agricultura familiar no Município de Assaré, e dá outras providencias; Projeto de Lei nº 005/2023, de autoria do vereador José Dias Gonçalves, que dispõe sobre denominação de Rua e dá outras providencias; Projeto de Lei nº 002/2023, de autoria da vereadora Maria É Braga Mota, que institui na rede municipal de ensino o programa municipal de educação para o trânsito. Em votação, todos os projetos foram aprovados por unanimidade. Não havendonada mais a tratar, a sessão encerrada. Para constar, foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme, vai, por todos, assinada.



**Francisco Celso Freire**



**José Dias Gonçalves**



**Maria É Braga Mota**



**Verônica Rosal Araújo**



**Cícero Ferreira da Silva**



**Felipe Silva Lira**



**Francisco Anísio de Oliveira**



**Roberto Alanderson de Sousa Freire**



**João Laéssio Libório de Alencar**